



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**CONCURSO PÚBLICO REF.ª CCP/2025/11**

**EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE 14 HABITAÇÕES  
DISPERSAS DO PARQUE HABITACIONAL DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES - ILHA TERCEIRA**

PROGRAMA DE CONCURSO

*Homologado  
2025.04.28  
Banne*

Aprovado,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

## ÍNDICE

Artigo 1º   Identificação e objeto de concurso.....	2
Artigo 2º   Entidade adjudicante.....	3
Artigo 3º   Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4º   Plataforma eletrónica de contratação.....	3
Artigo 5º   Concorrentes.....	3
Artigo 6º   Esclarecimentos, retificações, erros e omissões .....	4
Artigo 7º   Inspeção ao local dos trabalhos.....	4
Artigo 8º   Prazo e modo de apresentação das propostas.....	4
Artigo 9º   Documentos que constituem as propostas .....	5
Artigo 10º   Propostas variantes .....	6
Artigo 11º   Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	6
Artigo 12º   Preço base e prazo de execução.....	6
Artigo 13º   Preço anormalmente baixo .....	7
Artigo 14º   Critério de adjudicação .....	7
Artigo 15º   Documentos de habilitação .....	7
Artigo 16º   Caução.....	9
Artigo 17º   Modalidade jurídica de associação de empresas .....	10
Artigo 18º   Despesas e encargos .....	10
Artigo 19º   Comunicações e notificações.....	10
Artigo 20º   Assinatura eletrónica.....	10
Artigo 21º   Legislação aplicável .....	10



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

Artigo 1º | **Identificação e objeto de concurso**

1. O presente procedimento tem por objeto a “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE 14 HABITAÇÕES DISPERSAS DO PARQUE HABITACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ILHA TERCEIRA” nos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, nos termos melhor definidos no presente Programa e no Caderno de Encargos e é constituído pelos lotes a seguir identificados:

LOTE 1 – constituído pelos seguintes imóveis:

- 1.1 Às nove, n.º 5, (Grotta do Carneirinho) - Santa Bárbara - Angra do Heroísmo;
- 2.1 Caminho de Cima, n.º 20, (Canada do Terreiro) - Santa Bárbara - Angra do Heroísmo;
- 3.1 Ao Salto, n.º 78, (Quebradas) - São Bartolomeu - Angra do Heroísmo;
- 4.1 Canada do Passal, n.º 10 - São Mateus - Angra do Heroísmo.

LOTE 2 – constituído pelos seguintes imóveis:

- 1.2 Chafariz Velho, n.º 25, (Ladeira Branca) - Santa Luzia - Angra do Heroísmo;
- 2.2 Canada Ponta Gorda, n.º 10, (Cam. da Esperança) - Porto Judeu - Angra do Heroísmo;
- 3.2 Terreiro do Paço, n.º 29 - Ribeirinha - Angra do Heroísmo;
- 4.2 São Luís, n.º 373 - São Bento - Angra do Heroísmo.

LOTE 3 – constituído pelos seguintes imóveis:

- 1.3 Canada das Fontinhas, n.º 34 – Fontinhas - Praia da Vitória;
- 2.3 Canada das Fontinhas, n.º 40 – Fontinhas - Praia da Vitória;
- 3.3 Pedreiras, n.º 30, (Canada da Furna) - Lajes - Praia da Vitória;
- 4.3 Rua do Picão, n.º 22 - Lajes - Praia da Vitória;
- 5.3 Canada da Vista, n.º 49 - Quatro Ribeiras - Praia da Vitória;
- 6.3 Canada Grande, n.º 28 - Aqualva - Praia da Vitória.

2. O procedimento de **empreitada de obras públicas** através de **concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia**, é adotado nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º, n.º 1 do artigo 15.º, n.º 1 do artigo 16.º, alínea b) do artigo 19.º e artigo 25.º todos do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (*RJCPRAA*), na sua atual redação, em conjugação com o previsto na alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 16.º, alínea a) do artigo 19.º, artigos 36.º e 38.º e artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (*CCP*), na sua atual redação, com as devidas adaptações.

3. O objeto do presente procedimento tem a seguinte referência do Vocabulário comum para os Contratos Públicos (*CPV*): 45453100 – Obras de recuperação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

#### Artigo 2º | **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Juventude, Habitação e Emprego, com sede no Rua Doutor José Bruno Tavares Carreiro, 9500-119 Ponta Delgada, com o telefone (+351) 296 308 000 e com o endereço de correio eletrónico *srihe@azores.gov.pt*.

#### Artigo 3º | **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por despacho de xxxx de Sua Ex.<sup>a</sup> a Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, no uso das suas competências, de acordo com alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, em conjugação com os artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

#### Artigo 4º | **Plataforma eletrónica de contratação**

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica disponível em <https://www.acingov.pt>.
2. A entidade adjudicante disponibiliza na plataforma eletrónica, de forma livre, completa e gratuita, as peças do procedimento, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.
3. Quando existam peças procedimentais que não possam, total ou parcialmente, ser disponibilizadas sem restrições de acesso, designadamente por motivos de segurança, são disponibilizadas por outros meios adequados, que devem ser indicados aos interessados.
4. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tiverem sido disponibilizadas, nos termos do disposto no n.º 2, desde o dia da publicação do anúncio, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo pelo período equivalente ao do atraso verificado.
5. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

#### Artigo 5º | **Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, desde que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 33.º do RJCPRAA e no artigo 55.º do CCP.
2. Os concorrentes enquadrados na situação exposta no Artigo 17º devem indicar, de modo expresso e inequívoco, qual a forma jurídica com que se apresentam.
3. Os concorrentes apenas podem apresentar uma proposta não podendo concorrer simultaneamente a título individual e integrados num agrupamento, sob pena de exclusão.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**Artigo 6º | Esclarecimentos, retificações, erros e omissões**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento até ao termo do 1/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até termo do 2/3 do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. No prazo referido no n.º 1, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.
5. Consideram-se rejeitados todos os erros e omissões apresentados que até ao final do prazo indicado no número anterior, não tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
6. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões aceites fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
7. Todos os atos mencionados no presente artigo são praticados através da plataforma eletrónica referida no artigo anterior.

**Artigo 7º | Inspeção ao local dos trabalhos**

1. Durante o prazo do procedimento os interessados podem inspecionar o local dos trabalhos e realizar nele todos os reconhecimentos que entenderem necessários à elaboração das suas propostas.
2. Os concorrentes não podem, para efeito do cumprimento das suas obrigações decorrentes do procedimento, invocar o desconhecimento das condições existentes no local dos trabalhos ou imputar qualquer responsabilidade a esse título ao contraente público.

**Artigo 8º | Prazo e modo de apresentação das propostas**

1. A proposta deve ser submetida na plataforma indicada no Artigo 4º até às 23:59 do 30.º dia, a contar da data do envio do anúncio.
2. A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio através da plataforma.
3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas ao procedimento as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.
5. Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.

**Artigo 9º | Documentos que constituem as propostas**

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública em conformidade com o n.º 6 do art.º 57.º do CCP;
  - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I presente Programa de concurso, e atento o seguinte:
    - i. O preço, que não deve incluir o IVA, é também indicado em algarismos;
    - ii. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;
    - iii. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
  - c) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, se aplicável;
  - d) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, com o ordenamento dos mapas resumo das quantidades de trabalho patenteados a concurso;
  - e) Plano de trabalhos, incluindo os respetivos planos de mão-de-obra, de equipamentos e plano de pagamentos, como definido nos artigos 361.º e 361.º-A, do CCP, a apresentar nos seguintes termos:
    - i. Através de diagrama de barras, que ilustre o desenvolvimento das atividades da empreitada a partir da sua consignação, com escala temporal, incluindo a indicação dos prazos de cada atividade em dias, bem como a data de início e do fim da atividade;
    - ii. Plano de mão-de-obra com os efetivos mensais, expressos em efetivos/dia de cada categoria profissional, ao longo do prazo de execução da empreitada, devendo explicitar os rendimentos calculados e a afetação dos mesmos às diversas atividades;
    - iii. Plano de equipamentos a afetar à empreitada indicando os efetivos mensais, expressos em efetivos/dia de cada equipamento, devendo explicitar os rendimentos calculados e a afetação dos mesmos às diversas atividades;
    - iv. Plano de pagamentos, contendo a previsão quantificada e escalonado no tempo, do valor dos trabalhos a realizar, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o Plano de trabalhos;





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- f) Cronograma financeiro, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelos componentes da execução de trabalhos a que correspondam as diferentes fórmulas de revisão de preços;
- g) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
- h) Declaração do concorrente que mencione os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas no alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.). No caso de agrupamentos concorrentes, devem estes apresentar declaração que mencione os preços parciais dos trabalhos que cada um dos seus membros se propõe executar;
- i) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 2 do Artigo 20.º do presente programa de concurso.

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

#### **Artigo 10º | Propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 11º | Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **Artigo 12º | Preço base e prazo de execução**

1. O preço base é de 791 000,00 € (setecentos e noventa e um mil euros), a que acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor, fixando-se, deste modo, o preço base neste montante, sendo que para cada lote a concurso, o preço base é:

- a) LOTE 1 – 248 000,00 € (duzentos e quarenta e oito mil euros);
- b) LOTE 2 – 283 000,00 € (duzentos e oitenta e três mil euros);
- c) LOTE 3 – 260 000,00 € (duzentos e sessenta mil euros).

2. O contraente público, em sede de avaliação de propostas, reserva-se ao direito de, caso todas as propostas sejam excluídas, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

3. O prazo máximo de execução, cuja contabilização inclui sábados, domingos e feriados é, para cada lote, de:
- a) LOTE 1 – 270 (duzentos e setenta) dias;
  - b) LOTE 2 – 270 (duzentos e setenta) dias;
  - c) LOTE 3 – 270 (duzentos e setenta) dias.
4. O concorrente deverá considerar na sua proposta, para além do prazo indicado no artigo anterior, a disponibilidade dos meios necessários para cumprimento dos procedimentos preliminares referentes à preparação da empreitada e posteriores à execução sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, conforme disposto no Caderno de Encargos.

**Artigo 13º | Preço anormalmente baixo**

Considera-se que o preço total de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 15% ou mais inferior ao preço base.

**Artigo 14º | Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de Multifator, de acordo com o modelo de avaliação anexa ao presente programa do procedimento.
2. Em caso de empate na pontuação final das propostas serão considerados como fator de desempate os seguintes critérios pela ordem apresentada:
  - a) Maior pontuação no fator K1;
  - b) Maior pontuação no fator K2;
  - c) Por último, se necessário, será realizado um sorteio em data e modo a fixar pelo júri do procedimento.

**Artigo 15º | Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma indicada no Artigo 4º, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do RJCPRAA;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
    - ii) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como certificado do registo criminal da pessoa coletiva ou concorrente;
- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, se aplicável;
- e) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo, efetuado nos termos do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua última redação;
- f) Alvará contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, designadamente:
  - i. a 1ª Subcategoria (Estruturas e elementos de betão) da 1ª Categoria (Edifícios e Património Construído), a qual tem de ser de classe que cubra o valor global da proposta, e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra;
  - ii. As seguintes subcategorias das respetivas categorias, em classe correspondente ao valor destes trabalhos na sua proposta e integrar-se na categoria em que o tipo de obra se enquadra:
    - 1ª Categoria (*Edifícios e Património Construído*)
      - 1ª Subcategoria (*Estruturas e elementos de betão*)
      - 2ª Subcategoria (*Estruturas metálicas*)
      - 3ª Subcategoria (*Estruturas de madeira*)
      - 4ª Subcategoria (*Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias*)
      - 5ª Subcategoria (*Estuques, pinturas e outros revestimentos*)
      - 6ª Subcategoria (*Carpintarias*)
      - 7ª Subcategoria (*Trabalhos em perfis não estruturais*)
      - 8ª Subcategoria (*Canalizações e condutas em edifícios*)
    - 2ª Categoria (*Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infraestruturas*)
      - 8ª Subcategoria (*Calcetamentos*)
      - 9ª Subcategoria (*Ajardinamentos*)
    - 4ª Categoria (*Instalações Elétricas e Mecânicas*)
      - 1ª Subcategoria (*Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 kVA*)
      - 4ª Subcategoria (*Redes e instalações elétricas de tensão de serviço até 30 kV*)
      - 9ª Subcategoria (*Infraestruturas de telecomunicações*)
    - 5ª Categoria (*Outros Trabalhos*)
      - 1ª Subcategoria (*Demolições*)
      - 2ª Subcategoria (*Movimentação de terras*)
      - 4ª Subcategoria (*Fundações especiais*)
      - 7ª Subcategoria (*Drenagens e tratamento de taludes*)
      - 8ª Subcategoria (*Armaduras para betão armado*)
      - 9ª Subcategoria (*Reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas*)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- 10ª Subcategoria (*Cofragens*)
- 11ª Subcategoria (*Impermeabilizações e isolamentos*)
- 12ª Subcategoria (*Andaimes e outras estruturas provisórias*)

g) Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas. Caso haja lugar à dispensa da apresentação deste documento, nos termos do n.º 9 do artigo 81.º do CCP, aplicável a pessoas singulares ou micro, pequenas ou médias empresas, devidamente certificadas nos termos da lei, o concorrente procederá à apresentação de documento comprovativo da respetiva certificação;

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento todos os membros do agrupamento concorrente que exerçam a atividade da construção devem ser titulares de alvará ou certificado emitido pelo IMPIC, I. P., nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
3. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo os que, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devendo, neste caso, o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário será concedido um prazo máximo de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.
5. A não apresentação de quaisquer documentos de habilitação no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação muito grave nos termos do disposto na alínea b) do artigo 456.º do CCP.

#### Artigo 16º | Caução

1. Caso a adjudicação recaia sobre proposta cujo preço contratual seja igual ou superior a 200.000,00€, o adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.
2. O valor da caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, será de 2% do preço contratual conforme estatuído pelo artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2024/A, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025, em conjugação com o n.º 1 do artigo 43.º do RJCPRAA.
3. O modo de prestação da caução, conforme estabelecido pelo art.º 90.º do CCP, poderá ser através de:
  - g) Depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante, nos termos do modelo constante do Anexo III;
  - h) Garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do Anexo IV.
4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, ao prazo e à determinação da responsabilidade pelas respetivas despesas, é aplicável o previsto no artigo 90.º do CCP.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO**  
**DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO**

**Artigo 17º | Modalidade jurídica de associação de empresas**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento cocontratante, e apenas estes, devem associar-se antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.

**Artigo 18º | Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação das propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do cocontratante, conforme o caso.

**Artigo 19º | Comunicações e notificações**

Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, concorrentes ou o adjudicatário, até à assinatura do contrato objeto do presente procedimento, são realizadas exclusivamente através da plataforma prevista no Artigo 4º.

**Artigo 20º | Assinatura eletrónica**

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
3. Todos os documentos submetidos na plataforma, bem como todos os atos que, nos termos do CCP, devem ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica, nos termos previstos no artigo 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Os certificados de assinatura eletrónica qualificada e de selos temporais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).

**Artigo 21º | Legislação aplicável**

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Regime Jurídico dos Contratos Públicos, na sua última redação, Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, executado na ordem jurídica interna pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e a demais legislação e regulamentação aplicável.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

**Anexo I**  
**PROPOSTA DE PREÇO**

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “.....” (designação do procedimento), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço total de € ..... (por algarismos e por extenso), no prazo de ..... (extenso) dias.

..... (local), ..... (data), ..... (assinatura)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

## Anexo II

### MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, determinando-se esta pela apreciação dos fatores submetidos à concorrência e que a seguir são indicados, devidamente hierarquizados segundo a sua incidência na ponderação:

- K1 – Preço – 70%
- K2 – Qualidade Técnica da Proposta - 30%

A proposta economicamente mais vantajosa resultará da aplicação da ponderação dos fatores de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$K = (0,70 \times K1) + (0,30 \times K2)$$

Da aplicação da fórmula anteriormente referida resulta uma pontuação global entre 0 (*zero*) e 20 (*vinte*), sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais próxima do valor máximo 20 (*vinte*).

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

#### K1 – DENSIFICAÇÃO DO FATOR “PREÇO” (70%) E RESPETIVA PONTUAÇÃO PARCIAL

Da avaliação do fator preço, resulta uma pontuação compreendida entre um valor mínimo 0 (*zero*) e um máximo de 20 (*vinte*), de acordo com as seguintes fórmulas:

$$K1 = \frac{(P_b - P_p) \times 16}{(P_b - P_{ab})}$$

Quando o preço da proposta seja igual ou inferior ao preço anormalmente baixo:

$$K1 = 16 + 4 \times \frac{\sqrt{\left(\frac{P_{ab} - P_p}{P_b}\right)}}{\sqrt{(P_{ab}/P_b)}}$$

Em que:

- $Pr_{\zeta_p}$  = Preço da proposta objeto de avaliação
- $Pr_{\zeta_b}$  = Preço base



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

- $Pr_{\zeta_{ab}}$  = Preço anormalmente baixo

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

## K2 – DENSIFICAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA” (30%) E RESPECTIVA PONTUAÇÃO PARCIAL

Para a avaliação deste fator será analisada a qualidade, a transparência e a coerência do plano de trabalhos e memória descritiva ao nível da programação das atividades, da afetação dos recursos e conhecimento local de execução da obra. A avaliação será feita pela atribuição duma pontuação parcial a cada requisito integralmente cumprido, pontuações estas que serão somadas obtendo-se assim a pontuação final compreendida entre um valor mínimo 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte).

$$K_2 = \sum K2_n$$

Em que:

- $K2_n$  = Pontuação atribuída a cada requisito cumprido, conforme o quadro seguinte

DOCUMENTO	VERIFICAÇÃO	$K2_n$
Plano de trabalhos	Contém todas as atividades correspondentes às espécies de trabalhos previstas no mapa de quantidades	6
Plano de trabalhos	Indica os prazos de execução de todas as atividades definidas no seu plano de trabalhos	3
Plano de trabalhos	Indica os rendimentos de todas as atividades definidas no seu plano de trabalhos	1
Plano de trabalhos	Indica as relações de precedência de todas as atividades definidas no seu plano de trabalhos	1
Plano de trabalhos	Identifica o caminho crítico e existem atividades com folga	1
Plano de mão de obra	Indica a qualificação profissional de todas as atividades definidas no seu plano de trabalhos	2
Plano de mão de obra	Indica as cargas da mão-de-obra de todas as atividades definidas no seu plano de trabalhos	1
Plano de equipamentos	Indica as características de todos os equipamentos definidos no seu plano de trabalhos	2
Plano de equipamentos	Indica as cargas dos equipamentos de todos os equipamentos definidos no seu plano de trabalhos	1
Memória descritiva	Evidencia e comprova conhecimento das condições de trabalho e do local da obra	2





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA JUVENTUDE, HABITAÇÃO E EMPREGO  
DIREÇÃO REGIONAL DA HABITAÇÃO

### **Anexo III**

#### **MODELOS RELATIVO À CAUÇÃO - GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO**

Euros ..... (valor) €

Vai ..... (nome do adjudicatário), com sede em ..... (morada), depositar na ..... (sede, filial, agência ou delegação) do Banco ..... (identificar Banco), a quantia de ..... (por algarismos e por extenso) em ..... (selecionar entre: dinheiro/em títulos), como caução exigida para ..... (identificação do procedimento), nos termos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de ..... (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

..... (local), ..... (data), ..... (assinatura)